



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 115/X-2º/2010-11

(As medidas do Governo agravam as condições de vida dos portugueses)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 30 de Setembro de 2011, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Nos próximos dias 1 e 15 de Outubro, espera-se uma participação massiva nas manifestações que serão realizadas em Lisboa, Porto e outras cidades do Continente e Ilhas, como prova de descontentamento e repúdio pelas medidas do actual governo PSD/CDS.

Depois do corte no 13º mês e do congelamento salarial nos próximos 2 anos, o governo comprometeu-se a aplicar outras medidas que atacam directamente o salário, como são os brutais aumentos no preço dos transportes públicos e das taxas moderadoras.

A partir do dia 1 de Agosto o preço dos transportes subiu em média 15%, chegando alguns aumentos até aos 25%. O governo do PSD/CDS alheio às consequências desta medida no rendimento das famílias, prepara-se para decidir ainda novos aumentos para o início do próximo ano.

Para quem reside nas periferias das grandes cidades, as dificuldades acumulam-se e agravam-se como bem sabem as populações do Concelho de Almada, e em geral de toda a margem sul do Tejo, que são obrigadas a pagar passes diferenciados para utilizar os comboios da Fertagus e do Metro Sul do Tejo em vez de ser concretizada a promoção da intermodalidade entre os diferentes operadores de transporte público (ferroviário, fluvial e rodoviário).

Ao mesmo tempo que aumenta o preço de produtos essenciais e dos transportes, agravando assim as condições de vida de centenas de milhares de portugueses que utilizam diariamente os autocarros, comboios e barcos para se deslocarem das habitações para os locais de



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 115

trabalho, o governo recusa o imposto sobre as grandes fortunas, a taxaço dos lucros da bolsa ou dos milhões de euros que vão para os paraísos fiscais.

Com as pessoas mais pobres, com menos consumo, mais desemprego e precariedade, com a vida cada vez mais cara, é impossível sair da crise.

As alterações à legislação laboral não resolvem os problemas do desemprego, antes contribuem para o seu agravamento assim como para a instabilidade das famílias e o aumento da precariedade.

O governo do PSD/CDS antecipou também algumas das medidas que mais penalizam, como foi o aumento do IVA para o gás e electricidade.

Nas próximas semanas serão aplicadas outras medidas para aprofundar a recessão em que a economia portuguesa mergulhou. Muitos produtos que até agora eram taxados com 6% ou 12% de IVA, serão agravados para a taxa máxima de 23%, originando assim o aumento de muitos produtos indispensáveis para a vida das famílias portuguesas. (deixando o governo ainda a pairar a hipótese de abolição da taxa intermédia).

A decisão de acelerar os despejos dos inquilinos que já não conseguem pagar a renda de casa assim como a liberalização das rendas não pode deixar de merecer a oposição de todos aqueles que apresentam como alternativa a urgente reabilitação urbana que crie bolsas públicas de arrendamento com rendas controladas e sem o domínio dos fundos de investimento imobiliário.

A venda anunciada, a preço de saldo, de empresas como a EDP, CTT, GALP, REN, TAP e RTP, não contribuirão para minimizar o agravamento das condições de vida da maioria dos portugueses.

O governo quer vender a empresa pública Águas de Portugal e com isso entregar aos privados a gestão de um recurso natural limitado e um bem vital; com a privatização, a água ficará mais cara para os consumidores e haverá desinvestimento na sua qualidade, conservação e transporte, ou seja, em nome da racionalização de custos e da obtenção de lucros e mais-valias, põe-se em risco a saúde dos portugueses que passam a pagar mais por um serviço pior.



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL

Nº 115

A proposta de Reforma da Administração Local apresentada pelo Primeiro-Ministro, significa um retrocesso pois impede a participação democrática das diversas forças políticas nos vários órgãos eleitos pelas populações e não augura nada de bom para as democracias locais.

Este conjunto de medidas vai continuar a arrastar o nosso país para a ruína, levando ao mesmo cenário que se vive na Grécia e é contra isto que temos que lutar.

A Assembleia de Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 30 de Setembro de 2011, delibera:

1 – Pugnar pela consagração da propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como direito de cidadania, garantindo o acesso de todas as pessoas à água potável como serviço público.

2 - Garantir a gestão da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população e das gerações vindouras.

3 - Reafirmar a oposição a todas as medidas do governo PSD/CDS que contribuem para o agravamento das condições de vida da maioria dos portugueses.

4 - Exortar à participação nas manifestações dos próximos dias 1 e 15 de Outubro e continuar a luta por melhores condições de vida, contra as medidas de austeridade e contra as suspensões de apoios sociais e a ausência de oportunidades de trabalho, na perspectiva de um futuro com dignidade.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 03 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)